

VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, ORGANIZADO PELA
ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIA POLÍTICA (ALACIP)
QUITO: 12 A 14 DE JUNHO DE 2012

Área de Trabalho III: Participação, representação e atores sociais

Subárea: Novas formas de participação política

Coordenação: Juan Carlos Donoso (cdonoso@usfq.edu.ec)

**O DISCURSO QUE ANTECEDE A EXCLAMAÇÃO: A CRISE DA
REPRESENTATIVIDADE E AS “NOVAS” FORMAS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA
NA CIDADE DE SÃO PAULO**

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

Escola de Sociologia e Política

Criada em 1933

RAFAEL BALSEIRO ZIN

(rafaelbzin@hotmail.com)

O DISCURSO QUE ANTECEDE A EXCLAMAÇÃO: A CRISE DA REPRESENTATIVIDADE E AS “NOVAS” FORMAS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA CIDADE DE SÃO PAULO

Resumo

A representatividade é questão central quando o assunto é sociedade civil. Contudo, em cada contexto surgem problemas específicos. As recentes manifestações de rua na cidade de São Paulo evidenciam que o cidadão cessou de ser uma consciência representante ou representativa. Os que agem e lutam cessaram de ser representados pelas instituições que rogam o direito de ser sua consciência. O que esse processo evidencia? Esse estudo objetiva refletir as consequências das transformações da noção de representatividade sobre a capacidade de mobilização e organização políticas dos setores populares, percebendo as diferenças e a diversidade interna existentes na sociedade civil e no Estado.

Palavras-chave: Crise da representatividade. Participação política. Manifestações de rua. Cidade de São Paulo.

Abstract

The representation is a central concern when civil society is the subject. However, in each context specific problems appears. The recent street protests in São Paulo city show that the citizen ceased to be a conscious agent or representative. Those who act and struggle ceased to be represented by the institutions that plead the right to be their conscience. What evidences this process brings? This study analyzes the consequences of the transformations of the notion of representation on the ability of political mobilization and organization of popular sectors, noticing the differences and internal diversity within civil society and the State.

Keywords: Representative crisis. Political participation. Street manifestations. São Paulo city.

O fazer político nas ruas

O Brasil vive um processo crescente de abertura à participação da sociedade civil nas discussões e tomadas de decisão, desde o fim da ditadura militar. Nos últimos anos, sobretudo a partir da década de 1990, o debate sobre a questão democrática no país voltou-se, em boa medida, para os novos paradigmas advindos da promulgação da Constituição de 1988 – particularmente os mecanismos institucionais de participação popular na definição e no controle de das ações do poder público. Paralelamente ao caminho aberto por esses novos espaços, os tradicionais mecanismos da representação política, que nos últimos duzentos anos têm sido o principal elemento das democracias modernas, entram em crise, revelando fissuras profundas que afetam a legitimidade e a eficácia da democracia (MENDES, 2007), bem como do Estado de direito. Essa crise torna-se ainda mais aguda quando os mecanismos de participação popular estruturam-se em consonância com o sistema representativo, e não em substituição a ele. Tendo em vista a importância que a reflexão sobre os institutos da representação e da participação política exige hoje para o aprofundamento dos regimes democráticos, é preciso compreender, portanto, como essas noções se estabelecem e como elas vão sendo impregnadas por novos sentidos, sugerindo, dessa maneira, quebras de paradigmas que colocam em xeque as “velhas certezas”.

Em amplo espectro, as evidências da atual conjuntura política podem ser encontradas nos recentes de movimentos de protestos que tomaram as ruas no mundo todo. É sabido que o ano de 2011 ficou marcado na história política global devido a um fenômeno particular. Trata-se do surgimento simultâneo e viral de agitações e manifestações de ordem política, econômica e social que vêm a público com reivindicações peculiares em cada região, mas com formas de luta muito semelhantes e uma suposta consciência de solidariedade mútua. Ocorre que esse escarcéu de mobilizações sociais tomou a dimensão de um movimento que atinge hoje diversos países, no mundo todo. Iniciado no norte da África, derrubando ditaduras na Tunísia, no Egito, na Líbia e no Iêmen; estendeu-se à Europa, com ocupações e greves na Espanha e Grécia e revolta nos subúrbios de Londres; eclodiu no Chile e ocupou *Wall Street*, nos EUA, alcançando no final do ano até mesmo a Rússia (CARNEIRO, 2012). No entanto, apesar de serem consideradas pelos entusiastas como um novo fazer político nas ruas, essas recentes manifestações não são uma novidade do século XXI. Uma eclosão de conflitos e lutas com objetivos imediatos – um pouco isolados e sem rumo ou referenciais ideológicos ou políticos mais contundentes – perpassaram toda a década de 1990. Descrentes em relação a um sistema político esclerosado, muitos jovens desse período e da primeira década dos anos 2000 tiveram suas primeiras experiências de luta

política e social na batalha pelo direito à insubmissão ao serviço militar, na ocupação de moradias e locais para instalar centros sociais e de convivência, na edição de *fanzines* – jornais *underground* ou alternativos – ou em experiências lúdico-culturais, desde os grupos de cultura popular até as tribos urbanas como *punks*, *skas* entre outros. A insurgência dos zapatistas no México, por sua vez, e a posterior revolta de movimentos sociais que boicotaram a celebração da reunião do Banco Mundial na cidade estadunidense de *Seattle* já revelavam outras propostas, instrumentos ou caminhos. Viriam depois os encontros do Fórum Social Mundial, já na primeira década do século XXI, para aprofundar esse processo, tanto nos conteúdos como nas formas, traduzindo-se na concepção horizontalizada do Fórum como espaço sem hierarquias nem comando, de acesso livre e um tanto propositivo (VALENZUELA, 2011).

Comparações a esses movimentos logo foram feitas com o ano de 1968¹ ou mesmo com convulsões ainda mais antigas, como a primavera dos povos de 1848², sugerindo que a rebelião popular voltou à ordem do dia. Desviando-se dos alardes e discursos inflamados ou imediatistas, é preciso estabelecer, de antemão, que a força motriz dessas insurgências contemporâneas se deu pela crise social, econômica e financeira que se arrasta desde 2008, tendo como consequências a carestia dos gêneros alimentares e o aumento do desemprego. Não obstante, o grande impasse que está presente nessas recentes formas de protesto é a ausência de alternativas políticas organizadas e estruturantes. Acontece que os movimentos se manifestam em rebeliões praticamente espontâneas contra as estruturas políticas partidárias e sindicais vigentes, mas sem forjar ainda uma nova articulação orgânica e representativa dos anseios de transformação e ruptura (CARNEIRO, 2012). Uma primeira constatação, destarte, é quanto à falta de uma definição estratégica, programática e teórica para esses movimentos mais recentes.

O caso brasileiro ainda não teve movimentos da mesma magnitude como os de outros países, mas também possui a singularidade de mobilizar setores da juventude e de excluídos sociais, constantemente alvos de uma sistemática e truculenta repressão por parte da força

¹ Conhecido como "O ano que não terminou", 1968 está marcado na história como um ano extremamente movimentado e cheio de acontecimentos importantes, como o assassinato de Martin Luther King e de Robert Kennedy, a Guerra do Vietnã, além de inúmeras manifestações, sobretudo estudantis, contra os regimes autoritários vigentes em diversos países do mundo, inclusive na América Latina.

² O ano de 1848 marcou o continente europeu com movimentos revolucionários que, a partir de Paris, tiveram rápida propagação nos grandes centros urbanos. Também chamada de Primavera dos Povos, este conjunto de revoluções de caráter liberal, democrático e nacionalista, foi iniciado por membros da burguesia e da nobreza que exigiam governos constitucionais, e por trabalhadores e camponeses que se rebelaram contra os excessos e a difusão das práticas capitalistas. A consolidação do poder político da burguesia e o surgimento do proletariado industrial enquanto força política foram os reflexos mais importantes do período, que também é lembrado pela publicação do *Manifesto Comunista* de Marx e Engels.

policial. Recentemente, influenciada sobretudo pela atual conjuntura política internacional, na cidade de São Paulo, especificamente, uma série de protestos e manifestações tem ganhado fôlego e se dirigem a diversas questões. Entre cartazes e apitos, uma pitada de indignação e uma aparente organização política, essas recentes manifestações têm marcado determinados movimentos que tomaram as ruas. As reivindicações são diversas e se proliferam a cada dia. A título de exemplo, é possível citar o Churrasco da Gente Diferenciada³, a Marcha das Vadias⁴, a Marcha Contra a Corrupção⁵, o Ocupa-Acampa Sampa⁶, a polêmica Marcha da Maconha⁷, entre diversos outros protestos – todos crescentemente interconectados local, regional, nacional e internacionalmente pelas redes técnico-sociais, como o *Twitter* e o *Facebook*. Entretanto, mesmo que permeadas por intenções legítimas, essas manifestações têm acontecido de forma isolada e sem rumos ou referenciais ideológicos e/ou políticos mais gerais. Existem muitas reivindicações, mas não se percebe uma disputa, de fato, pelo poder. O que se tem é um grande grito por mudanças para que tudo continue exatamente igual. Se os pontos de exclamação são legítimos, ao mesmo tempo, denotam uma preocupação com o estado das coisas num certo modo “paulistano” de demonstrar indignação. Na realidade, essas “novas” práticas não anunciam uma novidade, ainda que os pontos de exclamação estejam afixados em cartazes impressos ou na fluidez das redes técnico-sociais. Sabendo disso, esse estudo procura analisar, a partir das manifestações recentes, duas dimensões da sociedade civil brasileira, que permeiam as noções de representação e participação política. A primeira organizativa, analisando seus problemas e suas potencialidades, com destaque para a cidade de São Paulo. A segunda, de forma mais ampla, se dirige à chamada crise da representatividade no contexto político brasileiro.

³ Manifestação ocorrida em maio de 2011 no bairro de Higienópolis, reuniu aproximadamente 4 mil pessoas, de forma inédita no Brasil, que reivindicaram contra a falta de transporte público de qualidade e os preços abusivos praticados pelo governo municipal, além da democratização do acesso ao bairro, passando pela questão do preconceito contra a população pobre por parte da elite paulistana, especialmente em bairros tradicionais da cidade.

⁴ Influenciada pelas manifestações de abril de 2011 ocorridas no Canadá contra a estigmatização de mulheres vítimas de estupro, em junho do mesmo ano diversas pessoas foram às ruas em São Paulo protestar contra o machismo e pelo direito de “usar saia sem serem agredidas”.

⁵ Esse movimento – que será analisado com mais cuidado no decorrer do artigo – convocou protestos em 25 cidades de 18 estados brasileiros e milhares de pessoas tomaram as ruas em setembro e outubro de 2011, em manifestação contra a corrupção e os constantes escândalos no cenário político nacional.

⁶ Inspirado em movimentos ocorridos no mundo todo, em que grupos de jovens acampam durante semanas, até meses, em frente a prédios de governos, bancos ou grandes corporações, o Ocupa-Acampa Sampa, iniciado em outubro de 2011, é um movimento popular que se diz plural e independente e que propõe a democracia direta, participação política e a mudança completa do sistema político brasileiro.

⁷ Iniciado em 2010 é o movimento mais constante entre os demais citados. Trata-se de um coletivo que prega o antiproibicionismo para o uso de drogas e que propõe provocar uma discussão pública com relação ao combate ineficaz ao tráfico e uso de entorpecentes.

As noções de representação e participação no pensamento político brasileiro

Etimologicamente, a noção de representação vem do latim *representatio*, *representationis*. De acordo com Laudelino Freire (1957), em seu *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*, representação significa a "ação ou efeito de representar", "ser mandatário ou procurador", "fazer vezes de", "suprir falta de", "apresentar-se no lugar de". O conceito de representação na teoria política, por sua vez, incita a ideia de participação popular no governo, por intermédio de representantes eleitos via o sufrágio universal. A representação política, por conseguinte, vincula-se aos ideais típicos da democracia. É uma relação entre o conjunto dos cidadãos que integram uma comunidade política nacional e os seus representantes (TAVARES, 1994). Não obstante, vale dizer que o conceito de representação – no sentido simplificado de algumas pessoas representando todas as demais – é uma ideia moderna⁸. Com base nessas considerações, pode-se afirmar que o princípio da representação política está associado a uma modalidade de controle regular do poder governamental, por parte daqueles que não podem exercê-lo pessoalmente, transferindo para outros essa tarefa.

Na sociedade brasileira são muito frequentes as queixas que apontam o caráter excludente das normas de representação – mesmo sabendo que, em muitos casos, a ideia de representação não está definitivamente difundida no senso comum. As pessoas muitas vezes reclamam que os grupos sociais dos quais fazem parte ou com os quais têm afinidade não são devidamente representados nos organismos influentes de discussões e tomadas de decisão, tais como legislaturas, comissões e conselhos, assim como nas respectivas coberturas dos meios de comunicação (YOUNG, 2006). Essas demandas evidenciam que, numa sociedade ampla e com muitas questões complexas como a brasileira, os representantes formais e informais canalizam a influência que as pessoas podem exercer. Por essas razões, muitas propostas recentes de maior inclusão política nos processos democráticos defendem medidas que propiciem o aumento da representação dos grupos subrepresentados, especialmente quando esses grupos são minorias ou estão sujeitos a desigualdades históricas e estruturais. A representação, entretanto, acaba sendo necessária, pois a rede da vida social moderna frequentemente vincula a ação de pessoas e instituições num determinado local a processos que se dão em muitos outros locais e instituições. Nenhuma pessoa pode estar presente em todos os organismos deliberativos cujas decisões afetam

⁸ Sobre este aspecto, um dos mais importantes estudiosos da filosofia política, Quentin Skinner, apresenta magistralmente a emergência de um vocabulário político moderno, que ilumina os vínculos muitas vezes complexos entre a teoria e a prática política. Este estudo pode ser encontrado na seguinte edição: SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia da Letras. 1996.

sua vida, afinal, eles são numerosos e muito dispersos. Ainda que as expectativas de um cidadão sejam frequentemente desapontadas, ele espera que outros pensem em situações como a dele e as representem nos respectivos fóruns de discussão.

Nesse ínterim, o principal problema normativo da representação é a ameaça de desconexão entre o representante único e os muitos que ele representa. Quando os representantes se tornam muito afastados, os eleitores perdem a percepção de que exercem influência sobre a produção de políticas, desafeiçoam-se e se abstêm da participação. Estabelecer e manter processos de representação legítimos e inclusivos impõe responsabilidades tanto para os representantes como para os cidadãos. Estes precisam estar dispostos e aptos a mobilizar uns aos outros para participar ativamente tanto do processo de autorização quanto do de prestação de contas. Os representantes devem ouvir essas discussões públicas e as diversas demandas, permanecer conectados com os eleitores e expor as razões de suas ações e avaliações em termos que retomem aquelas discussões. Além disso, essa mobilização e essa conectividade podem ser promovidas ou obstadas pelo desenho das instituições representativas (YOUNG, 2006).

A participação política, por sua vez, historicamente, emergiu junto ao Estado de soberania popular, em decorrência dos movimentos revolucionários europeus dos séculos XVIII e XIX, no contexto das revoluções industrial e burguesa – um fenômeno que rompeu com a regra secular da correspondência entre posição social e política dos indivíduos. Essa ruptura, lenta e gradual, foi iniciada com a queda paulatina da aristocracia e a ascensão da burguesia, incorporando, posteriormente, a classe trabalhadora. Foi, porém, com a organização política que se conquistou, ao longo da história, um novo espaço de confrontação, pois ela tornou possível para as coletividades organizadas lutar contra os valores que justificavam as estruturas sociais de enormes desigualdades (PIZZORNO, 1975). Se o sufrágio universal anunciava uma igualdade potencial, a organização política seria o instrumento para a construção da igualdade contundente. Os partidos políticos, os movimentos sociais e as subculturas políticas foram exemplos da ampliação da participação e do fortalecimento da sociedade civil organizada. No final do século XIX, porém, com a emergência dos partidos de massa, outros segmentos da sociedade viram a oportunidade de participar na política formal⁹. Hoje, diferentemente, diante de um complexo sistema de estratificação e classes, a sociedade apresenta suas reivindicações por meio de organizações profundamente diferenciadas, com fundamentos, crenças e valores que

⁹ Para melhor compreender como se deu o processo de formação e constituição dos partidos políticos, ver a análise realizada por Duverger, que pode ser encontrada na seguinte edição: DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro. Ed. Guanabara, 1987.

transcendem o conflito capital *versus* trabalho, estendendo-as para questões socioeconômicas, morais e éticas.

Considerando o contexto histórico, social e político brasileiro, por conseguinte, a expressão "participação política", se presta a um sem número de interpretações das mais diversas. Segundo Freire (1957), participação é uma palavra latina cuja origem remonta ao século XV. Vem de *participatio*, *participacionis*, *participatum*. Significa "tomar parte em", compartilhar, associar-se pelo sentimento ou pensamento. De forma sucinta, pode ser entendida como a ação de indivíduos e grupos com o objetivo de influenciar o processo político. De maneira mais ampla, a participação é a ação que se desenvolve em solidariedade com outros no âmbito do Estado ou de uma classe, com o objetivo de modificar ou conservar a estrutura – e, portanto, os valores – de um sistema de interesses dominantes (PIZZORNO, 1975). Apesar disso, considerando o caráter polissêmico que a noção de "participação política" carrega, para efeitos de pesquisa e com o intuito de emprestar melhor significado ao conceito, este estudo toma como referência as ideias de Lúcia Avelar¹⁰ (2004). Segundo a autora, o ideal democrático supõe o envolvimento dos cidadãos em diferentes atividades da vida política e que, tais atividades, reunidas sob a expressão "participação política", vão desde as mais simples, como as conversas com amigos e familiares sobre os acontecimentos políticos locais, nacionais e internacionais, até as mais complexas, como fazer parte de governos, mobilizar pessoas para protestar contra autoridades políticas, associar-se em grupos e movimentos para reivindicar direitos, envolver-se nas atividades da política eleitoral, votar, candidatar-se, pressionar autoridades para mudanças nas regras constitucionais, para favorecer grupos de interesses dos mais diversos, e mais uma plêiade de atividades que circundam o universo da vida política. Nesse sentido, vinculada à ideia de soberania popular, a participação política é instrumento de legitimação e fortalecimento das instituições democráticas e de ampliação dos direitos de cidadania¹¹.

¹⁰ Bacharel em sociologia e política pela Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Mestre e doutora pela PUC de São Paulo e pós-doutorado pelo Departamento de Ciência Política da *Yale University*. Atualmente é Professora titular do Instituto de Ciência Política da UnB.

¹¹ T. H. Marshall, define cidadania como “um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade”, no qual “todos (...) são iguais com respeito aos direitos e obrigações” (MARSHALL, 1967, p. 76). Essa conceituação, no entanto, não dá conta de compreender o fenômeno de modo mais amplo, uma vez que a concepção do que é ser um “membro integral” de uma comunidade – e, portanto, do que é ser cidadão – varia de acordo com os valores da sociedade em questão. Nas sociedades ocidentais contemporâneas, a cidadania é vista, ao menos em teoria, como um status universal, que abarca três tipos de direitos – civis, políticos e sociais – e todas as obrigações derivadas deles.

No Brasil, particularmente, a emergência da participação¹² se deu tempos depois, já em meados do século XX, quando os níveis de urbanização tornaram-se altos, quando as organizações sindicais dos trabalhadores da nova industrialização brasileira alcançaram densidade e maturidade, quando ganhou força a organização da sociedade em consequência das diversas mobilizações que surgiram no cenário político. Mais adiante, a partir dos anos de 1970 e 80, eclodiram os movimentos sociais ligados à Igreja Católica, as associações de bairros, as associações de donas de casa, os movimentos dos trabalhadores rurais sem-terra, os movimentos ecológicos, os movimentos de mulheres¹³, os movimentos negros¹⁴, os sindicais, os dos profissionais liberais, os movimentos de moradias, os fóruns para a alfabetização e educação, ou seja, toda uma rede de organizações não governamentais ganha vida. A partir de então, os movimentos sociais se tornaram essenciais para a expansão da consciência política do brasileiro, que passou a reivindicar mudanças substantivas no campo da justiça redistributiva. Isto posto, Lúcia Avelar chama a atenção para o fato de que algumas atividades de participação têm objetivos momentâneos, sendo, por essa característica, chamadas de participação *ad hoc* como, por exemplo, aderir a uma passeata, a uma greve ou a manifestações contra a poluição ambiental, a favor da redução de impostos ou da construção de uma passarela em local de tráfego intenso; ocupar locais de reuniões de empresários notáveis; escrever em jornais opinando sobre questões políticas ou assinar manifestos.

Acontece que boa parte da população, porém, é pouco ativa, conformista e, no geral, desencantada com a política. Em alguns casos porque não se sente qualificada para participar; em outros, porque não acredita que a atuação política poderá melhorar sua vida. O desencanto, é bem provável, tem a ver com ceticismo em relação à atuação dos partidos políticos e os ininterruptos escândalos de corrupção que assolam o cenário político brasileiro. Seja como for, a participação política continua sendo o principal fundamento da vida democrática, e o instrumento por excelência para a ampliação dos direitos de cidadania. Sabendo disso, a partir de

¹² É preciso destacar, todavia, que já no século XIX os movimentos sociais aparecem na história brasileira como fenômenos sociais mais abrangentes. Embora registrados pela historiografia oficial como fatos isolados e sem maiores implicações, foram, no dizer de Maria da Glória Gohn (1995 e 1997), fundamentais para a construção da cidadania sociopolítica do país.

¹³ Com a efetiva conquista do direito ao voto em 1932, seguida pela legislação de proteção ao trabalho feminino, surgiram várias associações, clubes, ligas e organizações em favor dos direitos das mulheres, que deram força e garantiram reconhecimento ao movimento.

¹⁴ Mesmo o movimento negro tendo se reformulado nos anos de 1970 e 80, é preciso frisar que na década de 1930 foi fundada a Frente Negra Brasileira, em 16 de setembro de 1931 que durou até 1937, tornando-se partido político em 1936. Foi a mais importante entidade de afrodescendente na primeira metade do século XX, no campo sociopolítico brasileiro.

agora é possível adentrar na análise das recentes manifestações ocorridas em 2011 na cidade de São Paulo, com vistas a problematizar, em primeira instância, sua dimensão organizativa e, num segundo momento, ampliar o debate para o contexto político brasileiro, de modo geral, traçando paralelos com o que se convencionou chamar de crise da representatividade política.

A dimensão organizativa das manifestações de rua na cidade de São Paulo

As passeatas, manifestações em praça pública, difusão de mensagens indignadas em meio virtual, ocupação de prédios públicos, greves, marchas, entre outras formas de protesto, são algumas das características de ação dos chamados movimentos sociais. Em síntese, movimentos dessa natureza têm por base as manifestações de caráter popular, cuja ação social é orientada a fim de obter transformações de ordem política e econômica. É possível dizer, nesse sentido, que os movimentos sociais são sinais de maturidade de uma parcela engajada da sociedade, podendo provocar impactos conjunturais e estruturais, em maior ou menor grau, dependendo de sua organização e das relações de forças estabelecidas com o Estado e com os demais atores coletivos de uma determinada sociedade (GOHN, 1997). Em termos históricos, o grande marco fundador de boa parte dos movimentos sociais surgidos nos últimos dois séculos tem por base a expansão do modo de produção capitalista, sobretudo, através de sua vertente moderno-industrial no século XIX. Seu enorme potencial de geração de riquezas, com base na propriedade privada, no trabalho assalariado e na expansão do livre mercado produziu uma série de contradições sociais, que atingiram tanto a classe dos trabalhadores rurais quanto a emergente classe operária à época (MELLUCI, 2001).

Em países que passavam por processos de urbanização, como o Brasil, cresceu também a influência de grupos mobilizados por melhorias nas condições de vida nas grandes cidades. O movimento dos sem-teto, por exemplo, passou a lutar pela disseminação de políticas públicas para habitação popular e grupos de donas-de-casa, por conseguinte, se mobilizaram contra o aumento do custo de vida trazido pela inflação (SADER, 1998). Essa enorme diversificação de pautas, marcante na segunda metade do século XX, parece passar agora por um novo momento de convergência. O advento da globalização¹⁵ e, sobretudo, o seu caráter neoliberal, têm obrigado os movimentos sociais que trabalham com os mais diversos temas a se aproximarem e afluírem em suas lutas (MELLUCI, 2001). Nesse ínterim – de perda de legitimidade da política

¹⁵ Sobre este aspecto, ver: HIRST, Paul e THOMPSON, Grahame. *Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

institucionalizada, dos partidos políticos atuantes e do *establishment*¹⁶ –, em meio a uma grande desorientação das organizações da esquerda, ainda vivas, encontram-se os recentes movimentos de protesto que tomaram as ruas na cidade de São Paulo. Trata-se de uma ebulição de conflitos e lutas com objetivos imediatos e não-estruturantes, que atuam de forma isolada e sem rumos ou referenciais ideológicos e/ou políticos mais gerais. Com eles, novas gerações e atores sociais resgatam o espaço público – que, em outras palavras, significa um resgate de seu próprio espaço – para manifestar suas insatisfações com relação ao modo como as decisões, que deveriam ser públicas, são tomadas por parte das instâncias de decisão política. Vale destacar que, em todos esses casos, o termo “novas gerações” não se refere somente aos jovens – que, obviamente, são maioria, como geralmente acontece em processos e mobilizações sociais –, mas a essa parcela da população que pode ser classificada como os sem-futuro, por vezes até sem-presente. São as vítimas de um sistema essencialmente parcial e corruptível, que se reveste por detrás das estatísticas e instituições políticas formalmente democráticas (VALENZUELA, 2012). Acontece que essas novas formas de manifestação, em particular, apresentam significados distintos dos movimentos sociais mais característicos, conforme a concepção a partir da qual se desenvolvem. Elas mostram predicados bastante particulares e, portanto, devem ser observadas com um pouco mais de atenção.

Em 7 de setembro de 2011, o jornalista e cientista social Matheus Pichonelli (2012), referindo-se a atuação da juventude paulistana nos protestos de rua contra a corrupção no cenário político brasileiro¹⁷, proferiu as seguintes palavras:

São dezenas (talvez duas centenas), a maioria jovens, protestando, no Dia da Independência, contra a corrupção. Na organização do evento, espalhada pelas redes sociais, os pontos de exclamação se proliferam como lanças afiadas. Não se sabe exatamente o alvo, mas estão ali, exigindo que não sejamos omissos. Nada contra as boas intenções, mas o discurso que antecede a exclamação,

¹⁶ *Establishment*, em sentido mais abstrato, refere-se à ordem ideológica, econômica e política que constitui uma sociedade ou um Estado. O termo se estende às instituições controladas pelas classes dominantes, que decidem ou cujos interesses influem fortemente sobre decisões políticas, econômicas, culturais, e que, portanto, controlam, no seu próprio interesse e segundo suas próprias concepções, as principais organizações públicas e privadas de um país, em detrimento da maioria dos eleitores, consumidores, pequenos acionistas, entre outros. Em sentido mais restrito, pode referir-se a um grupo de indivíduos com poder e influência sobre determinada organização ou campo de atividade.

¹⁷ A crítica faz referência ao movimento *Caras Pintadas Contra a Corrupção*, que propõe a guerra contra o mau político, contra a corrupção que assola nas esferas federal, estaduais e municipais, contra as obras superfaturadas, contra as licitações viciadas e fraudulentas, contra os desvios de verbas, contra o “retorno” (comissão) cobrado por políticos e funcionários públicos para liberação de verbas públicas, e contra a degradação da nação brasileira.

mesmo que dentro de míseros 140 caracteres, propaga antes a preguiça que a indignação¹⁸.

Nesse panorama, Pichonelli entende que os pontos de exclamação, mesmo sendo legítimos e apresentando certa preocupação com o atual estado das coisas, são vagos e evidenciam uma verdadeira ingenuidade política por parte da multidão de jovens indignados. Apesar da negação completa do autor à forma como o movimento se estabelece, sua crítica, mesmo ligeira e um tanto conservadora, aponta para questões cruciais em se tratando da dimensão organizativa dos recentes protestos que se proliferam na cidade de São Paulo. Há que se destacar que esse movimento, bem como todos os demais, utiliza como um dos principais instrumentos de luta, de forma ampla e maciça, as novas tecnologias de informação e comunicação. Isso, pois, elas facilitam e estimulam uma organização mais horizontal e articulada em rede, ampliando a participação de indivíduos e coletivos que se falam de forma permanente, representando, em síntese, uma das palavras de ordem do movimento: “Mudanças já!”. Portanto, concorde Pichonelli ou não, esses elementos serão cada vez mais importantes nas lutas do porvir, revelando mudanças significativas no modo como esses novos movimentos serão pensados, planejados e executados.

Para problematizar essa questão, no entanto, uma primeira e importante constatação pode ser encontrada nas reflexões do filósofo e teórico crítico esloveno, Slavoj Žižek (2012), em seu discurso aos manifestantes do movimento *Occupy Wall Street*¹⁹, realizado em *Zuccotti Park*, em 10 de outubro de 2011. Žižek diz que:

As alternativas do século XX obviamente não funcionaram. Embora seja excitante desfrutar dos prazeres da “organização horizontal” das multidões em protesto com sua solidariedade igualitária e seus debates livres e abertos, devemos também nos lembrar do que escreveu Gilbert Keith Chesterton: “Ter apenas a mente aberta não é nada; o objetivo de abrir a mente, assim como o de abrir a boca, é fechá-la de novo em algo consciente”. Isso também vale para a política em tempos de incerteza: os debates abertos terão de fundir-se não

¹⁸ O texto na íntegra está disponível em: PICHONELLI, Matheus. *A revolução não partirá do vão livre do Masp*. São Paulo: Carta Capital, 07.09.2011. < <http://www.cartacapital.com.br/politica/a-revolucao-nao-partira-do-vao-livre-do-masp/>>. Acesso em abril de 2012.

¹⁹ Trata-se de um movimento de protesto contra a desigualdade econômica e social, a ganância, a corrupção e a indevida influência das empresas – sobretudo do setor financeiro – no governo dos EUA. Iniciado em 17 de setembro de 2011, no *Zuccotti Park*, no distrito financeiro de Manhattan, na cidade de Nova York, o movimento ainda persiste, denunciando a impunidade dos responsáveis e beneficiários da crise financeira mundial. Posteriormente surgiram outros movimentos *Occupy* por todo o mundo, como é o caso do referido Ocupa-Acampa Sampa, na cidade de São Paulo.

somente em novos Significantes-Mestres, mas também em respostas concretas à antiga questão leninista: “Que fazer?” (ŽIŽEK, 2012, p. 16).

Diferentes na forma como se realizam – cada qual à sua maneira e de acordo com os motivos ou o local em que se protesta –, o conteúdo dessas manifestações, tanto as de São Paulo quanto a de Nova York, carregam características muito semelhantes. Žižek deixa evidente em sua fala que falta uma definição estratégica, programática e teórica para esses novos movimentos de 2011. Isso significa que, se a democracia não acontece de fato, ela se constitui como a principal ilusão sustentadora do sistema político e ideológico atual. Sua superação, portanto, depende não somente do rechaço ao sistema corrupto, mas também da formulação de alternativas. De acordo com Giovanni Alves²⁰ (2012), por sua vez, esses recentes movimentos compõem o quadro da barbárie social que impregna a ordem burguesa mundial, abrindo um campo de contradições sociais que dilaceram por dentro a ordem do capital – dilaceram, mas são incapazes, em si e por si, de ir além. Para o autor, um movimento de protesto sem um programa coerente é insuficiente para a formação de uma plataforma mínima de organização. Por esse motivo, provavelmente, falte aos manifestantes maior clareza do próximo passo ou do elo mais próximo da corrente de indignação coletiva que clama, por exemplo, por uma democracia mais efetiva. Partindo disso, Alves salienta algumas das características mais pujantes desses novos movimentos sociais e que servem como norte para essa reflexão, evidenciando a potencialidade desses protestos.

Em primeiro lugar, essas recentes manifestações constituem-se de densa e complexa diversidade social, tais como juventude desencantada, pobres, sindicalistas, profissionais liberais, trabalhadores organizados, entre outros. Segundo, são movimentos sociais pacíficos, que recusam a adoção de táticas violentas ou ilegais, evitando, dessa maneira, a criminalização²¹. Além disso, Alves acredita que os manifestantes têm profunda consciência moral e senso de justiça social, o que explica e justifica o uso do termo “indignados”. Outra característica, enfatizada anteriormente, é que ambos os protestos utilizam-se das redes técnico-sociais, como *Facebook* e *Twitter*, ampliando sua área de intervenção territorial e mobilização social. Para Alves, essas novas ferramentas de informação e comunicação produzem sinergias sociais em rede, tecendo estratégias de luta num cenário de crise social ampliada, de forma difusa e descentrada. Um ponto muito importante, também, é que todos esses novos movimentos sociais

²⁰ Giovanni Alves é professor de sociologia da Unesp (campus de Marília), doutor em Ciências Sociais pela Unicamp e coordenador do projeto Núcleo de Estudos da Globalização.

²¹ É preciso frisar, no entanto, que, mesmo pretendo-se pacíficos, em muitas das vezes, os protestos terminam sob forte repressão policial, o que transforma as manifestações em verdadeiras batalhas urbanas.

não possuem uma liderança estabelecida, sinal este que indica reflexos comportamentais quanto à crise que a democracia representativa vive hoje. Outro aspecto é que se trata de movimentos de protesto capazes de inovar e ter criatividade política na disseminação de seus propósitos de contestação social. Dessa maneira, essa juventude indignada expõe, com notável capacidade de comunicação e visibilidade, as contradições candentes entre a sociedade civil e o Estado.

Isto posto, pode-se dizer que esses recentes movimentos de protesto que tomaram as ruas obrigam a refletir as formas e metamorfoses que a consciência social vem sofrendo. Eles representam uma vertente complexa e rica no pensamento crítico que emerge nessa condição de contestação social, pois são protestos que agem no plano da cotidianidade insubmissa, rompendo com a pseudo-concreticidade paralisante da rotina sistêmica, mas permanecendo no esteio da vida cotidiana (ALVES, 2012). Num primeiro momento, esses novos movimentos não incorporam utopias grandiosas de emancipação social, que exigem clareza politico-ideológica. Pelo contrário, eles expressam, em sua diversidade e amplitude de expectativas políticas, uma variedade de consciência social crítica capaz de dizer “não” e mover-se contra o *statu quo*. Além disso, possuem em sua contingência irremediável de movimento social, um intenso lastro moral do impulso crítico. Por esse motivo, adverte Alves:

Ora, enquanto cientistas sociais (e não apenas ativistas), temos que analisar os novos movimentos com objetividade e na perspectiva da lógica dialética capaz de apreender a riqueza do movimento contraditório do real. (...) Passa a ser imprescindível apreender, no movimento do real, a dialética candente entre subjetividade e objetividade, alcances e limites, contingência e necessidade, barbárie e civilização. Não podemos ser apenas seduzidos pelo fascínio da contingência indignada nas praças e ruas (ALVES, 2012, p. 37).

Nessas circunstâncias críticas, portanto, é possível propor algumas reflexões para avançar o debate. Os novos movimentos de protesto terão a capacidade de elaborar em si e para si uma proposta política mínima capaz de estabelecer uma renovação social e cultural, tendo em vista que, para isso, hão de se deparar com uma permanente disputa de posição? Terão eles chances de criar condições politico-ideológicas efetivas para o surgimento de novas organizações sociais, capazes de traduzir, no plano da institucionalidade democrática, as medidas necessárias para atender aos protestos dos indignados, levando em consideração que estes podem não ser de pronto atendidos? Até que ponto esses novos movimentos sociais conseguirão estabelecer uma necessária densidade histórica para alterar as decisões do governo, criar ou encerrar partidos, fortalecer ou destituir lideranças? Essas questões, conseqüentemente, mostram que os indignados do presente estão diante de impasses históricos inéditos. E eles não podem se deixar crer que o pressuposto do pacifismo amenizará a luta. Até porque, o Estado não deixará de reivindicar, se

preciso for, o uso legítimo da violência, com o intuito de isolar esses novos movimentos, caso eles se ampliem, reprimindo-os em nome da manutenção da ordem pública. Nesse cenário complexo, portanto, vale destacar as palavras de Žižek:

Os manifestantes são descartados como sonhadores, mas os verdadeiros sonhadores são os que pensam que as coisas podem continuar indefinidamente como estão, com apenas algumas mudanças cosméticas. Eles não são sonhadores, são o despertar de um sonho que está se transformando em pesadelo. Não estão destruindo nada, estão reagindo ao modo como o sistema gradualmente destrói a si próprio. (ŽIŽEK, 2012, p. 17).

A crise da representatividade no atual contexto político

O ideal democrático de representação política está em crise, em boa parte do mundo. Isso porque, atualmente, existe uma crescente descrença da sociedade civil diante das ações dos agentes e instituições políticos, que ocupam as diversas instâncias administrativas do Estado e demais instituições representativas. Esse fenômeno, por conseguinte, pode ser chamado de crise da representatividade política ou mesmo crise da democracia representativa. Em termos gerais, a democracia é um conceito de difícil definição, fundamentado na noção de uma comunidade política na qual todos os cidadãos possuem o direito de participar dos processos políticos e de debater ou decidir políticas igualmente. No entanto, essa forma “pura” de governo, em que o povo se autogoverna, não condiz com a atual realidade dos países democráticos. A expressão democracia representativa significa, de um modo geral, que as deliberações coletivas são tomadas não diretamente pelos membros de uma determinada coletividade, mas por pessoas especialmente eleitas para essa finalidade. Nela, a participação popular é indireta, periódica e formal, e se organiza mediante regras que disciplinam as técnicas de escolha dos representantes. O problema é que a democracia representativa torna estrutural e permanente uma separação entre representantes e representados. Se o sufrágio universal conseguiu, quantitativamente, garantir a participação de uma parcela maior de cidadãos nos processos de decisão, qualitativamente, seus mecanismos acabaram limitando a atuação dos participantes no jogo do poder. Isso faz com que a distância entre dirigentes e dirigidos afaste o fazer político das práticas quotidianas, separando duas dimensões indissociáveis da democracia direta: a política e a vida social. Nesse contexto, uma das críticas mais frequentes à democracia representativa vem do generalizado desencanto da população com os chamados políticos profissionais. De acordo com Boaventura de Souza Santos (2003), contudo, o cerne da questão está no fato de que os eleitores se sentem cada vez menos representados por aqueles que elegeram. Isso acontece, pois, a aproximação entre representantes

e representados, hoje, resulta de uma combinação entre dois fatores: a inaplicabilidade da democracia direta em sociedades modernas²² e as permanentes dificuldades de exercício da democracia representativa. Os efeitos desse momento de transformação e ruptura são tão marcantes, que nenhum espaço de representação parece escapar incólume a essas mudanças. Mas, afinal, o que leva a esse tipo de percepção?

Desde ao final dos anos de 1980, a democracia – enquanto campo privilegiado do espaço político – presenciou uma aura de vitória incontestada. Com a queda das ditaduras militares da América Latina, até os regimes socialistas da Europa Oriental, o que se percebeu foi o triunfo e o estabelecimento dos ideais democráticos em todos esses países. Apesar desse advento, quase que instantaneamente, iniciou-se o influxo de uma crise que tem exaurido a capacidade de resposta dessas democracias frente aos novos desafios, criando um enorme campo de contradições. É preciso destacar, no entanto, que essa crise não é uma exclusividade das chamadas democracias originárias. Ela também se espalhou para todos aqueles países de democratização recente, dentre os quais se destaca o Brasil. Como sugere Santos (2003), é provável que esse fenômeno tenha origem no fato de os representantes não conseguirem ou não terem condições de identificar e atender todas as demandas da sociedade civil. Nesse contexto de perda da legitimidade dos governos e seus representantes, dos partidos políticos e demais instituições representativas, de acordo com Homero Costa (2012), o problema brasileiro se insere no interior de um quadro mais amplo e que reflete, de forma quase planetarizada, os mesmos problemas da diminuição da participação em disputas políticas, do declínio da relação de identificação entre representantes e representados e do aumento das taxas de alienação eleitoral conjugado com o crescimento do processo de exclusão social, além das questões relativas a essa crise da democracia e o declínio da importância dos partidos políticos nas democracias contemporâneas.

Uma das características da democracia contemporânea no Brasil sugere que os partidos políticos estão longe de se constituir em canais eficientes de mediação política. Pelo contrário, eles são vistos com desconfiança pela população (BAQUERO e SOUZA, 2012). Para Giovanni Alves (2012), por conseguinte, a crise do nosso tempo histórico é também, e principalmente, a crise política dos partidos da ordem velha burguesa, partidos conservadores-liberais e partidos

²² Uma das características centrais das sociedades modernas é a relevância das instituições no contexto de diferenciação social. De acordo com Talcott Parsons (1974), à medida que as sociedades se tornam mais complexas ocorre uma diferenciação e especialização institucional, ou seja, as instituições existentes se tornam responsáveis por determinadas “funções” necessárias à persistência de uma determinada sociedade. Caso as instituições existentes em determinada sociedade não sejam capazes de satisfazê-las verificar-se-ia o surgimento de novas instituições, caso contrário, o equilíbrio e a sobrevivência dessa sociedade estariam ameaçados.

socialdemocratas ou socialistas, que nas últimas décadas, constituíram uma rede de interesses promíscuos com a grande finança especulativo-parasitária, iludindo, o tempo todo, seus eleitores incautos. Outro elemento que incide no desafeto das pessoas por tais instituições diz respeito à forma como a política está se dinamizando no presente. Ela tem se tornado muito mais uma política de reação do que ação estratégica, e os partidos, nessas circunstâncias, estão propensos a perder – se é que já não perderam – sua capacidade de desenhar o futuro. O que existe é incerteza e insegurança, o que leva os cidadãos a perderem a confiança nessas instituições, pois não acreditam que elas sejam capazes de resolver os problemas sociais mais imediatos. Associado a essas características, o processo de individualização das sociedades modernas também tem impactado no crescente afastamento das pessoas dessas instituições representativas.

De maneira geral, um dos fenômenos da política moderna é a perda de interesse por parte dos cidadãos em relação à coisa pública. Tal situação complica a função representativa que os partidos e demais instituições estão obrigados a desempenhar. Acontece que, quando essa assimetria ocorre, as formas tradicionais de mediação política entram em crise. À semelhança de outros países na América Latina, é isso o que tem ocorrido no Brasil, tendo como consequência o questionamento das instituições que tinham a tarefa de fazer convergir política e político. Como tal objetivo não é conseguido, tais instituições entram em descrédito, sendo relegadas a um segundo plano na vida dos cidadãos (BAQUERO e SOUZA, 2012). Além disso, um aspecto fundamental da confiança política se refere ao papel que ela desempenha enquanto catalisadora de relações sociais republicanas entre Estado e sociedade, produzindo legitimidade. Em síntese, quando há uma desconexão entre a política e o político, a classe política que se representa dentro das instituições representativas começa a perder o ponto de referência para sua atuação, não conseguindo atrair os eleitores para se associarem ou para fazer parte das atividades políticas. Há uma distorção no processo de representação, pois a população percebe que tais instituições não representam a sociedade, mas desenvolvem esquemas de favorecimento privatista que geralmente levam à corrupção ou a práticas corporativistas profundas. Nesse cenário, a tendência da sociedade é de internalizar predisposições que desvalorizam essas instituições, colocando-as em permanente descrédito. Essa situação, portanto, é que propicia o surgimento da antipolítica, do apoliticismo e do antipartidarismo (BAQUERO e SOUZA, 2012) – muito embora não se trate necessariamente de uma rejeição à política, mas ao *establishment* desse fazer político, que nada mais é do que uma forma de democracia censitária. Com isso, portanto, é possível afirmar que é justamente esse contexto que dá vida aos recentes movimentos de protesto que tomaram as ruas na cidade de São Paulo.

De acordo com o filósofo e professor Vladimir Safatle, em conferência pública realizada em outubro de 2011, no Vale do Anhangabaú, região central da cidade, a pedido de estudantes que manifestavam sua indignação através do movimento Ocupa-Acampa Sampa,

A época em que nos mobilizávamos tendo em vista a estrutura partidária acabou, acabou radicalmente. Pode ser que ainda não saibamos o que vai aparecer, o que não vai acontecer, como as coisas se darão daqui pra frente. Podemos não saber o que vai acontecer no futuro, que tipo de nova organização política aparecerá, mas sabemos muito bem onde acontecimentos não ocorrerão. Com certeza não nas dinâmicas partidárias. Você tem uma força de pressão enquanto está fora do jogo partidário. Quando entramos nele, tal força diminui. Então, conservem esse espaço! (SAFATLE. 2012, p. 55).

A exposição de Safatle sugere que a névoa da confusão se dissipou afinal e as pessoas estão buscando alternativas, agora sem os partidos políticos ou demais instâncias representativas, já que praticamente todos eles são deficientes. Não é por outra razão que se ouve, cada vez mais, a afirmação de que a alternância de partidos no poder não implica mais alternativas de modelos de compreensão dos conflitos e políticas sociais. Por isso, o cansaço, ou mesmo o esgotamento dessa parcela indignada da população, em relação aos partidos tradicionais, não é sinal do esgotamento da política. Na verdade, é o sintoma mais evidente de uma nova demanda política que, mesmo sem ter uma definição estratégica mais abrangente e estruturante, toma o espaço público para manifestar um sentimento de repulsa. Nesse sentido, a crise é aqui percebida como um instrumento que estimula a transformação, pois que nela há a presença de uma potência de significado positivo, pois que obriga aos institutos do vasto campo social, a desenvolver uma constante capacidade de se transformar.

Segundo Tariq Ali (2012), escritor e ativista paquistanês, condições inaceitáveis produzem insurreições, que geralmente são esmagadas ou aplacadas de livre e espontânea vontade. O que importa é que elas, em geral, precedem o que está por vir se as condições permanecerem as mesmas. Nenhum movimento pode sobreviver a menos que crie uma estrutura democrática permanente que assegure a continuidade política. Quanto maior for o apoio popular a tais movimentos, maior será a necessidade de alguma organização (ALI, 2012, p. 70). Isso faz com que, pela primeira vez em muito tempo, pessoas comuns passem a discutir a natureza do sistema em que vivem. Já não o veem como natural ou inevitável. Não obstante, esse processo cria novos espaços públicos de discussão e ação política. Ocorre que, para se pensar o fim de uma crise de representatividade, deve haver uma repolitização da sociedade, por meio de reivindicações populares, como as que estão sendo feitas pelos recentes movimentos da

sociedade civil, que têm se destacado nas diversas manifestações, clamando por uma nova cultura política, que seja cada vez mais participativa.

Considerações Finais

A participação da sociedade civil nas tomadas de decisões dos governos, como um elemento fundamental na extensão e no aprofundamento da democracia, é hoje um princípio que, afirmado pela Constituição de 1988, acabou se consolidando, em alguma medida, no cenário político brasileiro. Sua concretização, no entanto, depende não somente da disposição democrática dos governos, mas da inclinação e capacidade da sociedade de organizar-se para esta tarefa. Nesse sentido, esse artigo procurou problematizar, a partir dos movimentos de protesto que tomaram as ruas na cidade de São Paulo, qual é a dimensão dessa inclinação e dessa capacidade? Quais são as distâncias institucionais que as sufocam e que as obrigam a se realizar? Que limites e possibilidades encontram para que aquele princípio se concretize para além de sua afirmação retórica? Sem a pretensão de resolver tais questionamentos e desviando-se dos alardes e discursos inflamados ou mesmo imediatistas, é preciso estabelecer que o grande impasse que está presente nessas recentes formas de protesto é a ausência de alternativas políticas organizadas e estruturantes. Acontece que os movimentos se manifestam em rebeliões praticamente espontâneas contra as estruturas políticas de representação vigentes, mas sem forjar ainda uma nova articulação orgânica e representativa dos anseios de transformação e ruptura. Uma constatação importante, destarte, é quanto à falta de uma definição estratégica, programática e teórica para essa ebulição de novos movimentos.

O ressurgimento das movimentações sociais, no entanto, sob novas formas, em todo o mundo é uma evidência de que estamos atravessando o limiar de novos tempos. Vivemos um momento de transição, que culminará com o estabelecimento de novos padrões de comportamento e a afirmação de novos valores culturais, morais e políticos. O antigo padrão dos movimentos sociais mais característicos já se encontra em profunda transformação. Os sindicatos e os partidos políticos, que foram cruciais para a promoção das transformações sociais ocorridas no mundo ocidental durante os séculos XIX e XX, vivem hoje momento de enfraquecimento. Ainda que eles se mantenham como as formas organizativas mais eficientes para a conquista de benefícios coletivos e o exercício do poder político, eles vêm perdendo força como instrumentos de pressão e têm sido relegados a plano secundário pelos novos militantes sociais, políticos e comportamentais. Vale mencionar, inclusive, que essa mudança, teve início ainda na segunda metade do século XX, mas se tornou mais intensa e mais visível no momento presente. Além

disso, o hedonismo, que caracteriza os tempos atuais, o culto ao prazer individual e imediato como princípio e fim da vida moral, não tem sido forte o suficiente para extirpar a ação coletiva e o desejo de construção de novos e melhores tempos e condições de vida para as maiorias.

Cabe ressaltar que os novos movimentos de protesto não estão somente ligados ao mesmo tipo de carência, mas existem muitos outros fatores como identidade, autonomia e emancipação, que os unem dando mais força a suas lutas. Pode até ser que esses jovens indignados não saibam ainda para onde vão e nem qual será a forma de organização e articulação, mas sabem, sim, o que não querem: o sistema político-partidário enrijecido e antidemocrático, a banalização e a insuficiência prática dos dispositivos de representação, a corrupção interna nas e das instituições político-representativas, entre outras. Isso significa que, retomando a perspectiva de Žižek (2012), se a democracia não acontece de fato, ela se constitui como a principal ilusão sustentadora do sistema político e ideológico e sua superação depende não somente do rechaço ao sistema corrupto, mas também da formulação de alternativas. Esse processo leva tempo, mas não significa que seja inviável. O novo, quase sempre, demora a surgir, mas quando ele irrompe, atropela com força arrasadora as velhas estruturas. É possível dizer, portanto, que tais movimentos de protesto, ainda que limitados, continuarão fazendo a roda da história girar, pois eles, ao se proporem a dar vida a novos conflitos e ao formularem novas alternativas políticas, põem em xeque a suposta “perpetuidade do presente”, que é o valor maior de toda a ideologia conformada.

Referências Bibliográficas

ALI, Tariq. O espírito da época. In: HARVEY, David et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo Editorial & Carta Maior, 2012.

ALVES, Giovanni. Ocupar Wall Street... e depois? In: HARVEY, David et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo Editorial & Carta Maior, 2012.

AVELAR, Lúcia. Participação Política. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer; São Paulo: Fundação Unesp Ed., 2004.

BAQUERO, Marcello; SOUZA; Bruno Mello. *Crise de representação política, o surgimento de uma cultura política antipartidos no Brasil*. Disponível em:

http://www6.ufrgs.br/sncp/4SNCP/GT_CultPolitOpPub/MarcelloBaquero.pdf. Acesso em abril de 2012.

CARNEIRO, Henrique Soares. Apresentação - Rebeliões e ocupações de 2011. In. HARVEY, David et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo Editorial & Carta Maior, 2012.

COSTA, Homero. *Debilidade do sistema partidário e crise de representação política no Brasil*. Disponível em:
<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/primeirosimposio/completos/homero costa.pdf>. Acesso em abril de 2012.

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro. Ed. Guanabara, 1987.

FREIRE, Laudelino. *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*. Ed. José Olympio: Rio de Janeiro, 1957.

GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1995.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

HIRST, Paul e THOMPSON, Grahame. *Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. São Paulo: Vozes, 2001.

MENDES, Denise Cristina Vitale Ramos. *Representação política e participação: reflexões sobre o déficit democrático*. Revista Katál: Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 143-153, jul./dez. 2007.

PARSONS, Talcott. *O sistema das sociedades modernas*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1974.

PICHONELLI, Matheus. *A revolução não partirá do vão livre do Masp*. São Paulo: Carta Capital, 07.09.2011. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/a-revolucao-nao-partira-do-vao-livre-do-masp/>. Acesso em abril de 2012.

PIZZORNO, Alessandro. Introducción al estudio de la participación política. In: PIZZORNO, Alessandro; SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SAFATLE, Vladimir. Amar uma ideia. In. HARVEY, David et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo Editorial & Carta Maior, 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza. Introdução geral a coleção. In: *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia da Letras. 1996.

TAVARES, José Antonio Giusti. *Sistemas eleitorais nas democracias contemporâneas: teorias, instituições e estratégias*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

VALENZUELA, Pep. *Quando novos personagens entraram em cena*. Revista Fórum: São Paulo, ano 9, n. 99, p. 16-18, jun/jul. 2011.

YOUNG, Iris Marion. *Representação Política, Identidade e Minorias*. Lua Nova: São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006.

ŽIŽEK, Slavoj. O violento silêncio de um novo começo. In. HARVEY, David et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo Editorial & Carta Maior, 2012.